

BONIFICAÇÃO DOCENTE POR RESULTADOS: O CASO PAULISTA SOB ANÁLISE DA ARENA E REDE POLÍTICA

Suelen Batista de Souza ¹

RESUMO

Há o crescente uso de avaliações externas para aferir qualidade educacional. No estado de São Paulo, a avaliação externa possui o IDESP desde 2008 e utiliza dois critérios: o desempenho dos alunos na avaliação SARESP e o índice de evasão. Caso a escola alcance a meta estabelecida, os docentes recebem bonificação no acréscimo de até 20% do salário. O trâmite do projeto de lei foi um processo com discussões na Assembleia Legislativa. O presente trabalho visa analisar a rede e arena política da formulação da bonificação por resultados docente no estado de São Paulo para compreender as possíveis ligações e influências do setor privado no setor público e o uso da responsabilização docente. Para compreender o processo de tramitação dos projetos de lei e os atores que podem afetar decisões políticas, será utilizada a análise de arenas e redes políticas como metodologia. Para constituir a rede política foram investigadas informações disponibilizadas em sites oficiais da mídia jornalística acerca dos integrantes da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa à época. O software utilizado foi o NodeXL. A arena política da bonificação por resultados paulista demonstrou grande embate na política aprovada em 2008 e a rede política é densa com diversas ligações entre atores. A metodologia de análise de redes e arenas políticas possibilita maior compreensão acerca dos processos políticos e dos atores envolvidos na definição de políticas públicas.

Palavras-chave: Rede Política; Bonificação por Resultados; IDESP; Responsabilização.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, suhbsouza@gmail.com;

O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado “Formulação da Bonificação por Resultados Paulista: análise de arena e redes políticas” de Suelen Batista de Souza publicada em 2019.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 há a disseminação do uso de avaliações externas para aferir qualidade educacional dos sistemas de ensino ao redor do mundo. Essas avaliações podem ser organizadas por diversas instâncias, sejam elas estaduais, nacionais ou internacionais.

No estado de São Paulo, o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) é a avaliação externa utilizada para aferir qualidade educacional e está em vigor desde 2008.

Para constituir a nota dessa avaliação é utilizado dois critérios, sendo eles o desempenho dos alunos na avaliação de múltipla escolha chamada SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e o índice de evasão escolar dos alunos no ano avaliado. Caso a escola alcance completamente a meta estabelecida previamente pelo sistema, os docentes recebem bonificação no acréscimo de até 20% do seu salário.

Para refletir sobre a avaliação em questão, o presente trabalho visa analisar a rede e a arena política da formulação da bonificação por resultados docente no estado de São Paulo para compreender as possíveis ligações e influências do setor privado no setor público e o avanço do conceito de responsabilização docente com as avaliações externas com bonificação.

A discrepância salarial no Brasil é existente nas diferentes regiões e estados conforme concluiu Barbosa (2014), a UNESCO com parceria com Gatti e Barretto em 2009, realizou o relatório “Professores do Brasil: impasses e desafios” que pretendia observar o salário do professor e relatou que há grande diferenças salariais dos professores no Brasil.

Para regularizar a média salarial docente ao redor do país, uma das soluções seria o cumprimento do piso salarial, o que resultaria em aumento salarial em diversos locais do Brasil. Autores defendem que aumentar efetivamente o salário base do professor não é a alternativa mais viável, como defende Pinto (2009 apud BARBOSA, 2014). Segundo o autor, como a docência é um quadro composto majoritariamente de funcionários do setor público, ou seja, para aumentar o salário dos professores, teria que aumentar a média nacional salarial, o que seria um prejuízo para o recurso público.

Como a proposta de complementar o salário docente, uma das metas do Banco Mundial para a educação brasileira em 2005 era motivar o professor brasileiro com a utilização de bonificações salariais. Em 2011 um novo relatório do Banco Mundial foi produzido ressaltando a importância da racionalização dos recursos no Brasil.

Promover o uso sistemático de informações de desempenho durante todo o planejamento, orçamento e ciclo de política e a adoção de técnicas modernas da gestão de desempenho. O Banco Mundial apoiará esforços para alinhar melhor as prioridades das políticas estratégicas com alocações orçamentárias, aumentar o foco nos resultados apresentados com os recursos fornecidos e enfatizar a responsabilidade individual e organizacional e a responsabilização pelos resultados. (BANCO MUNDIAL, 2011, p.25).

Sobre esse assunto, Barbosa (2014) realizou um levantamento que relacionou remuneração docente e financiamento da educação no Brasil. Segundo a pesquisa realizada, um relatório do Banco Mundial em 1999 intitulado “Remuneração dos professores em 12 países da América Latina: como se compara a remuneração dos professores com a de outras profissões; o que a determina e quem são os professores? ” mostrou que a média salarial docente era superior à média de outros trabalhadores com ensino superior.

Importante destacar que tal relatório do Banco Mundial inclui como variável o tempo de trabalho semanal em média 35 horas semanais dos docentes, porém não contabilizou o tempo empenhado com formação continuada ou com a realização de trabalhos extraclasse em outros espaços.

Outras instituições apoiaram a iniciativa da bonificação por mérito, um exemplo é a Fundação Lemann, fundada em 2002 sem fins lucrativos que intenciona resolver problemas ligados à educação na esfera pública e privada (PONTUAL, 2008). Em 2008, Teresa Pontual em nome da Fundação Lemann produziu um relatório para apresentar a inovação do método de bonificação docente e ressaltar a importância da medida na motivação docente.

Através de um bônus por desempenho para professores, espera-se alinhar os interesses do aluno aos dos professores e assim motivar o professor a aumentar seu esforço dentro de sala de aula, contribuir para a profissionalização do magistério, estimular professores a investirem no seu próprio desenvolvimento profissional, assim como atrair professores mais bem qualificados para a profissão (PONTUAL, 2008, p.5).

A bonificação é concebida como a possibilidade de complementar o salário docente, porém envolve a problemática do incentivo meritocrático e da responsabilização docente. Uma das metas do Banco Mundial para a educação brasileira no relatório de 2005 era motivar o professor brasileiro com a utilização de bonificações salariais.

A avaliação pode assumir função central no processo de remuneração docente via responsabilização. O novo caráter da avaliação está relacionado ao desenvolvimento do conceito de responsabilização, que segundo Freitas (2013) envolve aplicação de testes, divulgação pública de resultados, sanções ou recompensas aos profissionais da educação, mediante o desempenho nos testes aplicados.

A responsabilização é muitas vezes condicionada às avaliações externas por meio da criação dos índices. Para Jeffrey (2011), as avaliações educacionais realizadas pelos estados têm por objetivo regular diretamente os sistemas de ensino, tendo em vista, a indução de políticas educacionais.

As avaliações externas e os índices também preocupam sobre a validade das avaliações micro realizadas pelos próprios professores na escola, considerando segundo Arcas (2013) que diante das possíveis consequências que a escola irá sofrer, possuam maior credibilidade para os alunos que os processos de avaliação realizado pela própria escola.

A divulgação de resultados dos testes padronizados possui como um dos objetivos a garantia da qualidade de ensino com base no controle dos processos (AGUILAR, 2008). Outro objetivo é estimular a competitividade entre escolas, alunos e professores.

Mediante essas circunstâncias, há a possibilidade da geração de um quase-mercado educacional definido por Bauer (2008) como a incorporação pelo Estado da lógica gerencial privada com o uso de termos como accountability que expressa a responsabilização e o mérito por resultados obtidos, principalmente, devido às avaliações.

Outro fator importante para contribuir na análise da avaliação externa no estado de São Paulo foi o trâmite do projeto de lei que estabeleceu a bonificação por resultados docente em São Paulo. Este foi um processo com diversas discussões na Assembleia Legislativa e contava com deputados favoráveis e desfavoráveis à implementação da bonificação por resultados na educação paulista.

Foram elaboradas emendas e substitutivos ao projeto de lei proposto pelos deputados, assim como longas discussões para compreender a intencionalidade e a funcionalidade do projeto proposto. Nenhuma das emendas propostas foi aceita pelas comissões encarregadas pelo parecer final antes da votação e foi aprovado o projeto de lei na íntegra conforme foi proposto pelo governador do estado à época, José Serra.

A análise do trâmite do projeto de lei possibilita compreender a arena política pela qual o projeto é debatido. O conceito de arena política é relevante para compreender o formato da interação e disputa entre os atores políticos e o assunto discutido.

De acordo com Lowi (1992) no livro *La hechura de las políticas* organizado por Aguilar Vilanueva, há quatro arenas políticas, sendo elas as distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. As arenas distributivas e constitutivas apresentam baixo grau de conflito, pois a distributiva não possui enfrentamento direto entre os atores e distribui recursos disponíveis de forma que concilia interesses, já as constitutivas abordam a regulação do conflito das arenas e portanto, não possui disputas de interesses orçamentários.

As arenas regulatórias e redistributivas são arenas que apresentam alto grau de conflito com regulamentação e comissões para discussões aprofundadas. Trabalham com conflitos diretos entre atores e possuem altos custos governamentais. A diferença entre elas reside em que as redistributivas possuem um cunho ideológico que impactam camadas sociais e as regulatórias possuem menor cunho social (LOWI, 1992).

A compreensão da arena política que envolve a tramitação de um projeto de lei possibilita melhor análise e com profundidade das nuances políticas que cercam os atores presentes na formulação da política pública.

Ainda com importância central, a análise das redes políticas também é interessante na análise de política pública, pois auxilia na compreensão do cenário dos atores envolvidos e suas relações que podem afetar a construção da política pública ou compreender o ponto de partida do qual os atores estão dialogando acerca de determinado projeto.

A rede política pode ser interpretada com um instrumento da governança que sugere uma alteração na forma como o Estado se organiza e é constituído para compor políticas públicas e os diferentes atores que podem o constituir enquanto plataforma de formulação política (OLMEDO, 2016).

De acordo com Olmedo (2016) a rede política possui um duplo sentido, tanto metodológico para observar o comportamento e a estrutura de comunidades políticas, quanto para construir uma análise da alteração na forma de governança da educação a nível global e local.

Scott (1991) auxilia na compreensão da metodologia de redes políticas no âmbito sociológico com a descrição da análise do grafo gerado e suas ligações assim como conceitos que ajudam a delinear as relações encontradas.

A bonificação docente é um tema relevante para o cenário educacional ao redor do mundo, dado que é uma tendência em políticas públicas em diversos países. Estudos que auxiliem na compreensão dessa política e do contexto que a cerca são fundamentais para estruturar a análise da bonificação enquanto estratégia de política educacional.

METODOLOGIA

Para compreender melhor acerca do processo de tramitação dos projetos de lei e os atores que podem afetar decisões para políticas públicas, é interessante o uso das redes políticas como metodologia de análise. As redes são utilizadas em diversas áreas de ensino, como administrativa, sociológica ou antropológica. O uso das redes para analisar o contexto político é uma perspectiva válida pois ajuda a analisar o cenário político com diversos atores que podem gerar intervenção em políticas públicas.

Para uma análise aprofundada é importante compreender os critérios de análise das redes políticas. Para tal foi utilizada nesse trabalho os conceitos utilizados por John Scott (1991) no livro *Social Network Analysis*. Os conceitos principais que serão utilizados para a análise do grafo gerado serão densidade da rede que é mensurada pela quantidade de ligações, a vizinhança dos pontos centrais e a adjacência que são os pontos diretamente e indiretamente ligados e se há um padrão de conexões estabelecidas.

Para a construção do grafo foram verificadas informações disponibilizadas em sites oficiais da mídia jornalística disponível, assim como ligações nos anos próximos a 2008 dos integrantes da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa à época. No grafo foram marcados com cores diferentes e os atores que possuem ligações com eles estão em preto. O software utilizado foi o NodeXL que é uma extensão do Excel.

Para a compreensão de arena política foram utilizadas as atas disponibilizadas na Imprensa Oficial dos anos de 2007 e 2008 que possibilitaram a leitura e análise das discussões ocorridas à época da aprovação do projeto de lei e o uso dos conceitos de Theodore Lowi (1992) sobre arenas políticas.

O grafo e a arena política disponível nessa pesquisa foi produzido e publicado na dissertação de Suelen Batista de Souza intitulada “Formulação da Bonificação por Resultados Paulista: análise de arena e redes políticas” em 2019.

A rede e arena política formada é interessante para contribuir na discussão acerca da formulação da política de bonificação por resultados docente e os atores relevantes na sua aprovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rede política formada é interessante para contribuir na discussão acerca da formulação da bonificação por resultados docente e os atores relevantes na sua aprovação. Os pontos coloridos no grafo são os integrantes da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa paulista no ano da aprovação do Projeto de Lei que instituiu a bonificação por resultados. Os mesmo são os pontos centrais da rede.

É interessante perceber a alta densidade do grafo com a rede exposta diante das quantidade de ligações. Acerca disso, Scott (1991) formulou que quanto maior a densidade dos grafos, menor a intensidade dos laços entre os atores entre si.

Outro aspecto importante de destacar sobre o grafo que expõe a rede política é que o posicionamento dos atores no grafo não possuem relevância e sim o padrão das ligações (Scott, 1991). A rede possui ligações não direcionadas entre si.

Os atores diversos presentes na rede política demonstra complexidade na definição de uma política pública diante das influências e discussões presentes na rede política que pode fortalecer ou enfraquecer uma proposta de projeto de lei.

Os membros do Comitê de Educação da Assembleia Legislativa de São Paulo em 2008 eram divididos em quatro representantes dos partidos com maior representatividade na

Outra ligação com o setor público é o FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) do estado de São Paulo que auxilia na execução de políticas públicas na área da educação. Possui ligação com um dos membros centrais da rede, portanto é uma ligação relevante.

Outra ligação interessante é a FIESP (Federação das indústrias do Estado de São Paulo) que contém o grupo Sesi, Sesc e Senai que atua com educação no estado com convênios e parcerias. É uma ligação com um dos atores centrais da rede.

O Senai proporciona formação profissional para diversos jovens, o Sesc oferece atividades culturais, de esportes e lazer em diversas cidades no interior e na capital paulista, enquanto o Sesi além de oferecer esporte e lazer, também oferta todas as etapas do ensino básico.

O Instituto Teotônio Vilela é um Think-Tank do partido PSDB e está ligado a um ator secundário da rede. Porém é um instituto que indica políticas públicas a serem executadas por meio de seminários e congressos com a presença de especialistas e membros do PSDB. A ligação é da deputada Maria Lúcia Amary com o marido à época, Renato Amary. Este ator era o presidente do Instituto Teotônio Vilela no período de 2008.

A rede exposta acima também possui ligações com diversas pessoas e instituições não diretamente ligadas à educação, como a CPTM (empresa que cuida do transporte metroviário na cidade de São Paulo), APRECESP (Associação de Prefeitos das Cidades-Estâncias de São Paulo), e a Swift Food's Company.

Para melhor análise da rede política acima, é fundamental a leitura das atas disponíveis no Portal Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Na leitura das atas há a informação que um aumento efetivo salarial dos professores seria possível sem ultrapassar o teto de gastos com folga orçamentária. Dessa forma é interessante refletir sobre a intencionalidade da bonificação por resultados pelos seus idealizadores e apoiadores. A categoria docente estava sem nenhum aumento salarial há dez anos, ou seja, de 1998 a 2008 nenhum reajuste salarial foi realizado.

Levando em conta a Mensagem do Governador a essa Casa, em que se observa que há folga de cerca de **R\$ 5,3 bilhões** com relação ao limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, proponho o presente substitutivo, inclusive, para, além da incorporação das gratificações,

recompor a perda salarial dos docentes desde a implantação do atual Plano de Carreira em março de 1998. Deixo claro que o resultado final da tabela, significa uma majoração de vencimentos de **24,57%** sobre os valores atuais, correspondendo a um impacto de cerca de **R\$ 2,2 bilhões** sobre a folha de pagamento do pessoal da Secretaria da Educação. (SÃO PAULO, 2008).

A arena política pode ser enquadrada como regulatória, pois possui grande movimentação orçamentária e enfrentamento direto entre os lados opostos. A referida movimentação citada acima é perceptível nas atas assim como na proibição do governador à época, José Serra, de veicular um comercial 34 segundos em horário nobre na Rede Globo por parte do Sindicato que representava a categoria.

Outra informação relevante é que base aliada ao governo à época sinalizava cerca de 74,4%. Ou seja, cerca de 25% era da base que fazia oposição ao governo na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (SOUZA, 2019).

A implementação da bonificação por resultados paulista aos docentes ocorreu de forma conflituosa na Assembleia Legislativa com disputa de ideias. Foi aprovada sem nenhuma alteração do projeto inicial e vigora até o ano atual de 2020 sem nenhuma pesquisa avaliativa sobre a política como um todo, estudo que seria relevante no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bonificação por resultados aos docentes da rede pública estadual de São Paulo é uma problemática desde a sua formulação. No contexto de congelamento de salário dos professores por mais de dez anos, surge uma política que bonifica os “bons” professores baseando sua análise em resultados do SARESP que é uma avaliação externa de múltipla escolha.

É importante desenvolver pesquisas que sugiram práticas inovadoras aos professores e suporte emocional para a rotina escolar. Dessa forma será possível oferecer maior qualidade de ensino.

Pesquisas que apontem os critérios que promovem qualidade educacional são relevante para o debate. O sucesso e o fracasso escolar não pode ser imputado apenas a um dos atores envolvidos na educação de crianças e jovens, no caso, o professor. Ao bonificar há

a sinalização que o sucesso e o fracasso escolar dependem majoritariamente dos professores e não da estrutura física escolar e dos materiais e recursos oferecidos aos discentes e suas famílias.

Não é debatido atualmente no Brasil a necessidade de infraestrutura básica de moradia e segurança para as famílias dos alunos como um dos critérios que podem ajudar a qualidade escolar. Há escolas no estado que não possuem quadras cobertas ou salas de aula adequadas para a aprendizagem e nem mesmo recursos multimídia ou tecnológicos que possam subsidiar maiores experiências bem sucedidas de educação, porém esse também não parece ser um critério do estado para aferir qualidade.

Dessa forma, a bonificação por resultados induz a presença da responsabilização de professores pelos resultados escolares quase que exclusivamente. Outro termo que pode ser utilizado como responsabilização é accountability e pode funcionar como um sistema de punição em países sem sistemas democráticos ou em que esse sistema ainda é novo, ou pode gerar a expectativa de acompanhamento dos pais aos esforços dos professores para prestação de contas de resultados (AFONSO, 2009).

Ball (2014) comenta acerca da lógica privada como modelo a ser apropriado pelo público com um conjunto de tecnologias morais que atuam nas instituições e nos trabalhadores e geram alterações na concepção de suas rotinas sociais:

Um efeito de segunda ordem é que, para muitos professores, isso modifica a forma pela qual eles experienciam o seu trabalho e as satisfações que eles obtêm a partir dele – o seu sentido de propósito moral e de responsabilidade para com os seus alunos é distorcido (BALL, 2014, p. 68).

Conforme os professores aderem a lógica de responsabilização para alcançar aumento salarial, métodos do setor privado de gestão se aprofundam no setor público, porém com a falta de infraestrutura escolar e por vezes das famílias atendidas.

De acordo com Ravitch (2011), avaliações externas são congruentes com a responsabilização e com mudanças estruturais e não com o objetivo máximo da aprendizagem: “A responsabilização não faz sentido quando ela sabota os objetivos maiores da educação” (p.32). As avaliações quando resultam em bonificação fortalecem a responsabilização docente no contexto escolar.

Dado que o orçamento do estado de São Paulo em 2007 possibilitava condições de aumento efetivo salarial, conforme mostrou o resultado obtido na leitura das Atas da Imprensa Oficial durante a formulação da política, a bonificação realmente é intencional como menor investimento na educação por parte do estado assim como para punir ou bonificar professores que geram boas notas de alunos em provas de múltiplas escolhas.

Não é possível concluir empiricamente com as pesquisas publicadas que o resultado em testes possa aferir qualidade educacional, principalmente em bairros periféricos que a escola precisa acompanhar crianças e jovens com vulnerabilidade social.

A densidade da rede política apresentada na presente pesquisa representa a gama de interesses que pode influenciar políticas públicas educacionais. São diversos grupos de atores que estão ligados ao Estado e à sua estrutura de ação, conforme afirma Olmedo (2016) é uma mudança na do ponto de partida de proposições de políticas públicas e da lógica de movimentação de informações e laços entre atores.

Acerca da arena política ser regulatória, é interessante destacar que o embate entre diferentes frentes políticas sobre o projeto de lei que instituiu a bonificação por resultados foi intenso, porém a base favorável ao governo José Serra era extensa em 2007 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o que pode ter inviabilizado a vitória do projeto e a incorporação de emendas ou substitutivos.

Além disso, a característica do governo José Serra em 2007 em São Paulo era a responsabilização. Outros setores do estado estavam com políticas de responsabilização e bonificação em processo com projetos de lei.

A remuneração por bônus aos docentes é uma estratégia apoiada por grandes instituições internacionais como o Banco Mundial (2005, 2011) propositores de políticas ao redor do mundo, principalmente a países considerados em desenvolvimento. Ao conceder empréstimos, são direcionados aos países consultores de políticas públicas para auxiliarem os governantes a realizarem políticas bem sucedidas.

É importante o desenvolvimento de pesquisas que possam trazer resultados de políticas públicas e as transformações geradas no cenário educacional com essas proposições. Também é muito relevante pesquisas sobre as condições de trabalho docente no Brasil e estrutura escolar, que são critérios fundamentais para estabelecer qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, N. Avaliação e Desenvolvimento Organizacional da Escola. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAAE*, V.20, N.1, 2004. p.150-168

AGUILAR, L. E.. A agenda pública paulista da Educação: três décadas de acertos e erros nas políticas educacionais para um sistema educacional de grande porte. *Revista APASE (São Paulo)*, v. 9, p. 36-43, 2008.

ARCAS, P.H. Implicações da Progressão Continuada e do SARESP na Avaliação Escolar: tensões, dilemas e tendências. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de São Paulo. TESE (DOUTORADO)

BARBOSA, Andreza. Salários Docentes, Financiamento e Qualidade da Educação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p.511-532, jun. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/41603/28865>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BAUER, Adriana. Do direito à educação à noção do quase-mercado: tensões na política de educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 557-575, set. 2008.

BALL, Stephen J.. **Educação Global S.A.:** Novas Redes Políticas E O Imaginário Neoliberal. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2014. 270 p.

BALL, Stephen J.. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa.: Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa.. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p.37-55, maio 2010. Trimestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

FREITAS, Luis Carlos. **Políticas de responsabilização:** entre a falta de evidência e a ética. *Caderno de Pesquisa*, vol.43, no.148, 2013.

JEFFREY, D.C. Monitoramento da Educação Básica na esfera Estadual: o caso paulista. In: GRANVILLE, M.A. **Currículos, Sistema de Avaliação e Práticas Educativas: da escola básica à universidade**. Papirus: Campinas, 2011.

MUNDIAL, Banco (Org.). **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e Corporação Financeira Internacional Estratégia de Parceria de País para a República Federativa do Brasil Exercícios Fiscais 2012 a 2015**. Guatemala: Corporação Financeira Internacional Departamento da América Latina e do Caribe, 2011. 212 p.

OLMEDO, Antonio; WILKINS, Andrew. Governing through parents: a genealogical enquiry of education policy and the construction of neoliberal subjectivities in England. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, [s.l.], v. 38, n. 4, p.573-589, 10 fev. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01596306.2015.1130026>.

PONTUAL, Teresa Cozetti. **Remuneração por mérito, desafio para a educação**. São Paulo: Fundação Lemann, 2008. 39 p.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Sulina: Porto Alegre, 2011. 318p.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Constituição (1970). Resolução nº 576, de 29 de março de 2017. **Resolução Interna**. São Paulo, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/1970/compilacao-resolucao.alesp-576-26.06.1970.html>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SCOTT, JOHN. **Social Network Analysis**. London: Sage publications, 1991. 208p.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE. Resolução SE - 74, de 6 de novembro de 2008.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Dispõe sobre a definição dos indicadores específicos da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1078, de



17 de dezembro de 2008, seus critérios de apuração e avaliação. Resolução SE - 22, de 27-3-2009.

SOUZA, Suelen Batista de. *Formulação da bonificação por resultados paulista : análise de arenas e redes políticas*. 2018. 67f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333694>>. Acesso em 29 de julho de 2020.

VILANUEVA, Luis Aguilar et al (Ed.). **La hechura de las políticas**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1992.